

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 12 de abril

Os acontecimentos precipitam-se, e os da semana ultima foram summamente graves e significativos. Relatal-os-hemos tão singelamente como elles tiveram logar; que os enfeites e os commentarios prejudicariam a verdade historica.

Os ministros do reino, fazenda, marinha e estrangeiros foram sexta feira a casa de sir G. H. Seymour, mini-tao de S. M. B., pedir-lhe o desembarque de tropas inglezas. Os fundamentos d'esta humilhante supplica eram — que isto (a caus. ministerial) estava perdida; que uma revolução estava imminente e que era inevitavel; que esta revolução seria espantosa, que se commetteriam roubos, mortes, assassi-natos; que se incendiariam casas, e que a esta devastação geral não escapariam o palacio nem a pessoa da rainha, que eram até os mais ameaçados.

Sir H. Seymour, depois de aproveitar a occasião de exprobrar aos ministros os erros da sua politica, e de notar o desprezo dos conselhos que o corpo diplomatico lhes dera no interesse da causa da rainha, concluiu dizendo que a Grã-Bretanha não queria de modo nenhum interferir n'esta contenda, e que por isso elle não podia ordenar o desembarque de força — que protegeria a pessoa da rainha e a familia real no caso de procurarem agasalho debaixo da bandeira britanica, e que se o paço fosse incendiado, desembarcaria a maruja ingleza para apagar o incendio, como era de uso nos tempos normaes, assim como o faria para socorrer qualquer edificio publico ou particular ameaçado pelas chammass.

N'esta conformidade os agentes de S. M. B. mandaram collocar um vapor defronte do paço das Necessidades para receber a rainha e a sua familia no caso de julgar necessario acolher-se á protecção estrangeira, assim como a nau *Canopo* foi anchorar defronte da secretaria da

guerra para acudir, como disse sir G. H. Seymour, a algum incendio que se ateasse nas secretarias ou no banco, como os ministros de Lisboa disseram ao da Inglaterra que receiavam viesse a acontecer.

Eis-aqui a verdade, nua e crua, como as cousas foram.

Depois d'isto o ex-commandante em chefe parece ter andado a espalhar pelos quarteis — que os inglezes desembarcavam, e que não tivessem por isso medo os cabralistas. A consolação é amarga e pouco honrosa: homem que tivesse brios, militar que presasse a honra, e confiasse na sua espada não proferiria taes palavras.

A folha official hoje mostra mais resguardo; diz apenas que as forças navaes da Grã Bretanha serão empregadas na defeza e segurança da rainha e da sua familia. Sem duvida; mas essa protecção é negada aos seus ministros, e á facção a que elles pertencem. Essas forças não estão á disposição dos ministros da rainha, estão para acolherem e darem asylo a todos os perseguidos. O Joãosinho, o Castilho, e o Farinho ainda que tragam el-rei na barriga, parece-nos que não pertencem por ora á familia real.

Mas tudo isto não é ainda o mais importante.

E' publico que alguns agentes de S. M. B. teem dado passos para que a crise termine sem derramamento de sangue. São estes os seus desejos, para este fim se dirigem todos os seus esforços. Os cabralistas lançaram-se lhes nos braços, renunciaram o poder, e só querem que se lhes salvem as cabeças compromettidas.

Honroso é o sentimento d'aquelles cavalheiros, e sabemos que elles teem procurado meios de o realisarem, fundados sempre na base essencial e primaria do triunfo do partido nacional e progressista. Somos informados de que ou partira ou deve partir um official de uma nau da esquadra para o visconde de Sá da Bandei-

ra a fim d'este determinar como quer que as cousas fiquem.

O visconde de Sá não póde tratar com o governo de Lisboa. Exauthorado por este só póde impôr-lhe condições, e estas são—collocar tudo no pé em que estava em 6 de outubro, soltar os presos, restituir as patentes, títulos e honras aos exauthorados, desarmar os batalhões, e entregar o governo á junta do Porto esperando d'ella e da nação generosidade e justiça.

Com estes preliminares poderá evitar-se talvez a effusão de sangue. Mas isto deve ser prompto, que d'aqui a horas póde ser tarde.

Em 28 de janeiro o ministro da Inglaterra representava aos conselheiros da rainha que não fossem tyrannos com os prisioneiros de Torres Vedras; e o governo não o quiz ouvir: agora mudaram-se as scenas; são hoje os conselheiros da rainha que ajoelham cobardemente diante do ministro britannico a implorarem aquella protecção que negaram aos outros! Cousas d'este mundo.

Os horrores de sangue, os roubos imaginarios, de que os ministros fingem estar possuidos, não terão logar salvo se a oppressão continuar, e os tiranetes não quizerem ceder. O nosso povo não é sanguinario, e se tivesse de oferecer victimas ao Altissimo, havia de escolher rezes mais puras e mais innocentes. Se ha grandes criminosos, a sua cabeça pertence ao carrasco.

O throno da rainha não corre risco com o povo. O *Espectro* espera que S. M., seguindo o nobre exemplo de seu pai, abdique, porque não acha decente que depois das scenas de escandalo occorridas no paço, uma senhora nobre e bem educada se preste a fazer um papel que ficaria mal, e se reputaria uma ignominia na pessoa mais infima da plebe. Se a região mais alta da sociedade dá exemplos de tal devassidão, que é o que se ha de exigir do povo?

Mas se o povo respeita essa fragil mulher que não tem de augusto senão a sua desventura e a indiferença ou o desprezo, com que tem reinado sobre esse povo que devia ser seu, lembremos ao marido d'ella que tome conta em si, porque o seu corpo não é mais inviolavel que o do Fulgaza ou que o do *menino gordo* do Rocio. Quem conduzir batalhões contra cidadãos será victima ou de um povo ou dos próprios soldados, com os quaes esse povo conta já.

Desde o Minho ao Guadiana o paiz é nosso. A *hora sexta* está quasi a soar, e o annuncio de que está proximo o *consumatum est* já nós o ouvimos da bocca dos ministros.

Lisboa está sobre um vulcão. A insurreição já entrou os seus muros.

A noite passada foram presos 64 soldados do batalhão nacional de artilheria da carta. Diz-se que declararam a um ex-official que estavam

resolvidos a acclamar a junta do Porto, e que este fingira concordar com elles sahindo logo a denuncia-los a D. Carlos.

Cremos antes n'esta explosão de patriotismo, que hoje é geral em todos os animos, do que em perseguir o governo a innocencia.

Aquellas cidadãos não souberam ser revolucionarios. Não ha revolução pacifica com as armas na mão. Seriam secundados por todos os seus camaradas dos outros corpos se soltando um grito de indignação sabissem para a rua appellando para a cooperação do povo.

Um grande susto se opoderou da auctoridade publica, e não é sem fundamento.

As forças do Alemtéjo estão parte em Monte-Mór, marcharam parte d'ellas sobre Setubal, aonde se acham com o visconde de Sá, e outra parte em Azeitão, aonde se espera o mesmo visconde.

Uma força de cavallaria popular perseguiu até Azeitão a tropa que d'aqui sahira, e se achava em Setubal, d'onde fugiu á aproximação das nossas forças. Um piquete de 30 homens da cavallaria municipal entregou-se-nos, á excepção do commandante. A infantaria fugiu toda até Almada. Magotes de soldados aos 6, 10, e 12 apresentaram-se-nos. O governo mandou vir de Almada uma parte da sua força mais indecisa, porque recebeu que lhe desmoralisasse a outra e fugisse toda.

Estes fugitivos veem cheios de espanto, e trouxeram para Lisboa o terror de que se acham possuidos. Contam maravilhas da belleza das tropas populares, e referem que o numero d'ellas é muito grande. Noticias de hontem davam apresentados do governo perto de 187 soldados.

O ex-conde de Vinhaes tem andado por ahi, e em partes tem sido assobiado. A tropa mais estúpida, que por isso é ministerial, tem estado no Terreiro do Paço, aonde tem ameaçado e espancado o povo. A auctoridade não é respeitada, e qualquer dia vae começar uma tremenda anarchia. Não é a revolução organizada, é a desharmonia entre a mesma gente, porque andam por ahi todos a quererem ser ministros, e a dizerem mal uns dos outros.

O que era mais vantajoso para a capital era organizar-se a revolução, que seria dirigida convenientemente — era uma peça de artilheria dirigida contra a nuvem para a romper. A crise passava e renascia a ordem. N'este entorpecimento, ou antes n'esta desesperação sem centro, hade haver uma serie de desastres, commoções violentas, e males de que o povo poderia ser salvo se tivesse um rei. Oh! como são felizes os povos que teem um rei para quem appellar n'estas grandes crises! E como são sem ventura aquelles que só sabem que teem um rei quando são fuzilados ou quando se lhes exige a sua dotação!

Comtudo demos graças a Deus, porque o *Diario* diz que o reino está em socêgo, e que os

fuzileiros da liberdade teem desertado para Lisboa!!! O silencio que o governo guarda sobre o que toda a capital observa, ou contra o que observa, é bastante para demonstrar o estado das cousas ministeriaes.

O tractado do commercio entre Portugal e Inglaterra de 3 de julho de 1842 e publicado no *Diario do Governo* (n.º 108) de 11 diz o seguinte:

«Art. 17.º S. M. B. na conformidade dos desejos de S. M. F., e em contemplação ao adiantamente em que se acha o systema de legislação e de administração da justiça em Portugal, consente, por este artigo, em desistir do privilegio do juizo da conservatoria, logo que, e em quanto os subditos britannicos foram admitidos em Portugal ao beneficio de garantias semelhantes ou equivalentes ás que gosam os subditos de S. M. F. na Grã-Bretanha, pelo que respeita ao processo por jurados, a não poderem ser presos sem um mandado de um magistrado, e serem interrogados dentro de 24 horas, depois de presos em flagrante delicto, e a ser admitidos a fiança, ficando bem entendido que a outros respeitos serão os subditos de S. M. B. postos em Portugal no mesmo pé que os subditos portuguezes em todas as causas civeis ou crimes: e que não poderão ser presos, salvo em caso de flagrante delicto, sem culpa formada, e sem um mandado assignado pela auctoridade legal.

«Art. 18.º Declara-se por este artigo que S. M. B. confiando nas garantias que são ou podem vir a ser dadas aos subditos britannicos pela legislação portugueza sob o actual systema constitucional, não reclamará d'ora ávante para os subditos britannicos, residentes em Portugal privilegios alguns de que não gosem os subditos portuguezes nos dominios portuguezes ou britannicos; ficando porém entendido no caso (que Deus não permitta) em que alguma commoção politica prejudique o effeito das mencionadas garantias que S. M. B. terá o direito a reclamar o restabelecimento e observancia dos privilegios cedidos pelo presente artigo e pelo precedente.»

O caso que o povo inglez previa, verificou-se. O systema constitucional acabou, e a commoção politica (que Deus permittiu) realisou-se.

A consequencia foi que lord Palmerston mandou restabelecer as conservatorias, com o fundamento de que tendo o governo abolido o processo por jurados, tinha acabado o regimen constitucional, não temporariamente, mas para sempre vencendo o ministerio.

o governo das Necessidades acceitou submisso o jugo estrangeiro, obedeceu e callou. Não sustentou que a constituição existia, curvou-se

como eunucho. Assim é que todos cospem n'esses miseraveis que se dizem ministros.

O artigo 23 do decreto de 19 de novembro diz :

«O pagamento do capital e juros das notas promissorias emittidas pela companhia confiança nacional será feito pelo banco de Portugal em prestações de cinco por cento, de tres em tres mezes, começando em 31 de março de 1847.»

O artigo 37 do mesmo decreto diz :

«A responsabilidade particular de quaesquer corporações ou pessoas por letras ou escriptos do thesouro publico, provenientes dos supprimeos feitos ao governo desde o principio do anno de 1845, ou por notas promissorias da companhia *confiança nacional* sómente se poderá fazer effectiva nos mesmos termos prescriptos no artigo 23 para o pagamento das referidas notas promissorias.»

Eis-ahi o direito actual. Agora o facto :

Os portadores das letras do findo contracto do tabaco apresentaram-se no dia primeiro de abril no escriptorio do mesmo contracto para receberem a primeira prestação de cinco por cento; e a resposta foi esta : — «O sr. barão da Junqueira está para Almeirim; o sr. Folgoza está no batalhão!!!»

Assim está explicado o cabralismo d'aquelles dois cavalheiros — fizeram-se commandantes dos batalhões para não pagarem as suas dividas, e o Junqueira offereceu uns poucos de cavallos allugados que já tirou a quem os havia dado.

Mas que tem os credores com isso? Foram burlados pelo governo que os comprehendeu mal e individamente no decreto do tabaco e confiança; e são logrados pelo contracto que não paga mesmo na conformidade da lei expoliadora que sollicitára.

O commercio vai conhecendo já o que são os cabralistas, e o motivo porque o são.

O *Diario* concedeu emfim ao *Espectro* os fóros da cidade. Já podemos dizer — *civis romanus sum*. Já temos votos nos comicios.

Veio tarde a mercê, e o *Espectro* já não carecia d'ella, porque *podia correr* sem a licença do santo officio, e até apesar d'elle.

O *Diario* dignando-se de fallar em nós publicamente é como aquella presumida ridicula do Nicolau Tolentino que

Até o rapé reprova
Chamando-lhe porquidade.

E vae fartar-se á alcova
Do simonte e da cidade.

O *Espectro* vai ás Necessidades, vai ás secretarias de estado, ás estações da policia, vai aos paizes estrangeiros, vai a toda a parte. O ex-conde do Tojal (que ainda ha muito pouco nos jurou ser setembrista) é o encarregado de o remetter a S. M. e o *Diario* tem-no desde a sua publicação. A rainha foi quem impoz aquella terefa ao sr. João de Oliveira.

Estamos pois competentemente auctorizados, e o nosso direito é tão bom ou melhor que o do *Diario*. As suas habilitações são como as do *Espectro* e por isso podemos tractar de igual para igual.

Reconhecido assim o nosso direito vamos dar uma correcção fraterna ao *Diario* e ao governo.

Temos uma grande loteria decretada pelo ex-conde do Tojal. O *Espectro* é tentado com o tal joguinho, é uma das suas fraquezas, é o vicio ordinario da gente pobre; e uma cautelinha é o óbolo da esperança que nos faz sonhar delicias desde que nos habilitamos até á extracção.

Entramos pois na rifa. Mas quando anda a roda? Eis-ahi uma cousa que esqueceu. Aonde móra o Pão Quente e o Campeão que tem de vender os bilhetes? Ou corre isso pela mão das srs. Castilhos, que vendem por ahi bilhetes das loterias alemães, que nunca de lá vieram, e fazem listas na typografia do *gratis* com a desventura de sair sempre em branco a sorte aos patáus que lhes compram os fatidicos bilhetes?

Dizem-nos que o José Maria de Sousa toca a roda, o Perna de Páu tira a sorte por ser innocente, e José Cabral fôra chamado para lêr o numero. São tres summidades que dão garantias de inteireza. Os discipulos d'estes, que são numerosos, são cauteleros.

O governo concede aos compradores uma diminuição na importancia do preço dos bilhetes segundo a maior ou menor compra de 50 para cima. Assim abona 20 por cento aos que comprarem mais 400 bilhetes. O *Espectro* arranhou uma companhia que toma 1:600 bilhetes para lucrar no abatimento 6:144\$000 réis, que é uma boa pechincha; mas d'aqui resulta a destruição do plano, porque os 125 mil bilhetes, com estes abatimentos, não produzem os dous mil e quatrocentos contos que tem de se repartir.

Estes erros palmares mostram que isto ou é summamente estulto, ou é uma tranquiibernia do governo, que se assimelha a esses finorios que rifam o cavallo lazarento que não podem vender na feira.

As inscripções da loteria vencerão juro, mas o caso é que quem lh'o ha de pagar é a junta do credito publico que está fallida, nem ha receita legalmente applicada para semelhante pagamento.

Mas isto é para acreditar as notas, e as notas estão depreciadas, segundo o *Diario*, porque

1.º — «A maior parte das notas giram sómente em Lisboa porque o estado do reino não permite que ellas passem para outras terras.» Agora ouvi o que diz a mesma folha a respeito do estado do reino:—«O governo recebeu pelo correio as mais satisfactorias noticias do reino. Por toda a parte ha socego.» Ora aqui está o socego a causar a depreciação das notas fazendo com que ellas não passem para as outras terras do reino, para onde nunca passaram mesmo quando estiveram ao par.

Pesa-nos não podermos commemorar todas as outras cousas ás quaes se attribue o depreciamento das notas:—basta dizer que agora se confessa que as grossas sommas que vão para o exercito não refluem á capital, como não ha muito se asseverava que refluíram — que os pés-frescos, demagogos, republicanos e miguelistas são accusados de irem aos cambistas com massos de notas para saccarem prata, atterrar os mesmos cambistas e fazer subir o agio, em quanto ás potencias monetarias da situação se deixam ficar em casa em vez d'irem levar o seu metal aos mesmos cambistas para frustrarem os manejos dos pobretões das notas.

Ficamos aqui porque só quizemos expor a doutrina do governo, concluindo por observar que no *Diario* d'hoje vem notado o agio das notas a 2\$400 rs. — Este é o melhor argumento.

Tem corrido hontem e hoje a noticia de que se descobrira em Hespanha uma forte conspiração contra a rainha Isabel, e a favor do duque da Montpensier. Assevera-se acharem-se presos o Gonzalez Bravo, e alguns dos patuscos do ministerio transacto.

Os nossos cabralistas dizem, pelo contrario, que houvera alli uma grande revolução, em virtude da qual depuzeram a rainha Isabel, proclamaram a irmã casada com o principe francez, e acrescentam que o Cabral não é estranho a este acontecimento, tirando já vantagem da sua cumplicidade, porque ia entrar um exercito de doze mil castelhanos em Portugal contra a junta do Porto, e a favor do ministerio.

Não nos admira que a facção de Lisboa e Costa Cabral se achem compromettidos na causa contra a rainha d'Hespanha. O *Heraldo* denunciou esta cumplicidade, quando escreveu que os dois partidos se deviam unir e conspirar para que nos dois paizes triumphassem os mesmos principios. Ora se os moderados d'Hespanha queriam interferir aqui a favor do ministerio, não espanta que o nosso ministerio queira interferir na Hespanha para d'estronar a rainha.

Mas o que é verdade é que não virá aqui nem um só hespanhol armado, porque nem o governo da nação visinha quer isso, nem a Inglaterra o consente. O unico exercito d'Hespanha que aqui temos é o dos aguadeiros, mas armado só de sacco e caneco.